

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Medicina

Programa de Pós Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência

Henrique Cardoso Nunes

**OS SENTIDOS DA MATERNAGEM PARA ADOLESCENTES JOVENS EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO AOS DESAFIOS
SOCIOECONÔMICOS E DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM METRÓPOLES**

Belo Horizonte

2020

Henrique Cardoso Nunes

**OS SENTIDOS DA MATERNAGEM PARA ADOLESCENTES JOVENS EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO AOS DESAFIOS
SOCIOECONÔMICOS E DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM METRÓPOLES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência como requisito parcial para a obtenção do título de mestre. Linha de Pesquisa: (I) Promoção de Saúde e suas bases: Cidadania, Trabalho e Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Márcia dos Santos Reinaldo

Belo Horizonte

2020

Nunes, Henrique Cardoso.
N972s Os sentidos da maternagem para adolescentes jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aos desafios socioeconômicos e de vulnerabilidade social em metrópoles [manuscrito]. / Henrique Cardoso Nunes. - - Belo Horizonte: 2020. 56f.

Orientador (a): Amanda Márcia dos Santos Reinaldo.

Área de concentração: Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.

Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Maternidades. 2. Adolescente. 3. Proteção Social em Saúde. 4. Política Pública. 5. Desenvolvimento Humano. 6. Dissertação Acadêmica. I. Reinaldo, Amanda Márcia dos Santos. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: WQ 27

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697

Às adolescentes vulneráveis e suas histórias de superação que nos inspiram.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP**FACULDADE DE MEDICINA/ UFMG****DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO****HENRIQUE CARDOSO NUNES**

Realizou-se, no dia 30 de setembro de 2020, às 14:00 horas, Plataforma Lifesize, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Os sentidos da maternagem para adolescentes jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aos desafios socioeconômicos e de vulnerabilidade social em metrópoles*, apresentada por HENRIQUE CARDOSO NUNES, número de registro 2018712777, graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Amanda Marcia dos Santos Reinaldo - Orientador (UFMG), Prof(a). Sandra Cristina Pillon (EERP USP), Prof(a). Girliani Silva de Sousa (UNIFESP).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marcia dos Santos Reinaldo, Membro de comitê**, em 21/06/2021, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Girliani Silva de Sousa, Usuário Externo**, em 28/06/2021, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Cristina Pillon, Usuário Externo**, em 29/06/2021, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0794250** e o código CRC **8CFDCD7B**.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre me apoiaram, acreditaram no meu sucesso e auxiliaram na abertura de caminhos que pareciam totalmente fechados.

Aos (as) amigos (as) que fiz durante o mestrado que compartilharam momentos de felicidade e auxiliaram sobremaneira na construção de novos olhares sobre o pesar da vida.

A Dra. Amanda Márcia dos Santos Reinaldo pela orientação e possibilidade de acessar espaços dentro da academia.

A Prefeitura de Belo Horizonte por possibilitar o estudo sobre o tema rico da presente pesquisa.

A minha psicanalista e aos *insights* pródicos no divã.

“Melhor que remédio e terapia (...). Só o amor barra momentos ruins”
(trecho do prontuário escrito atribuído à adolescente).

Resumo

O presente estudo de análise documental teve por finalidade compreender como adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas traçam caminhos a fim de garantir sua proteção social em contextos e circunstâncias adversas em grandes cidades. As estratégias construídas por juvenis a fim de garantir seu próprio desenvolvimento humano saudável associadas ao trabalho em rede realizado pelas políticas públicas trazem como possibilidade a promoção de profícuas discussões sobre proteção social da população vulnerável e suas estratégias de superação. Pretende-se promover o debate sobre as políticas públicas direcionadas a adolescentes vulneráveis como forma de garantia de direitos sociais.

Palavras-chave: Maternidade; adolescentes; proteção social; políticas públicas.

Abstract

The present documentary analysis study had to understand how adolescents in compliance with socio-educational measures trace paths to guarantee their social protection in adverse contexts in large cities. The strategies built by young people in order to guarantee their own healthy human development associated with the network work carried out by public policies bring as a possibility the promotion of fruitful ones about social protection of the vulnerable population and their overcoming strategies. It is intended to promote the debate on public policies aimed at vulnerable adolescents as a way of guaranteeing social rights.

Keywords: maternity; adolescents; social protection; public policy.

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	5
2. Introdução.....	6
3. Metodologia.....	8
4. Resultados e discussão.....	11
5. "Estou indo", adolescente com história de vida nas ruas em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida.....	12
6. Sobre maternagem, adolescência, vida nas ruas e possibilidade de mudança de vida.....	29
7. Considerações finais.....	43
8. Referências	44
9. Anexo.....	49

Apresentação

O trabalho especializado como psicólogo na política de Assistência Social desenvolvido no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa há sete anos traz a dimensão de escolha sobre o tema da pesquisa. O pesquisador desse estudo é ao mesmo tempo o profissional que acompanhou o caso. Os dados se referem à observação e registro de orientações e intervenções referente a nove meses de acompanhamento.

O trabalho na política de assistência social se iniciou em 2013 no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto da Prefeitura de Belo Horizonte. O público atendido são famílias e adolescentes em sua maioria do sexo masculino, negros e moradores de periferias. A atuação de cunho psicossocial pressupõe a análise de determinantes sociais que incidem na reprodução do lugar e do estigma social desses jovens, desamparados pela fragilidade de políticas públicas que evidenciam lógicas excludentes que inviabilizam o acesso a direitos humanos fundamentais.

A violência perpetrada contra adolescentes da periferia nos territórios, com altos índices de mortalidade e o movimento de criminalização de pessoas pobres reforça a necessidade do enfrentamento do sofrimento ético-político, entendido como um tipo de emoção vivenciada por pessoas cuja cidadania vulnerabilizada lhes expõe a situações de menor valia. Isso também se direciona a adolescentes gestantes em situação de rua, que em alguns casos não são vistas como capazes de desempenhar o papel da maternidade.

A intervenção técnica voltada a construção de projetos de vida saudáveis através da ressignificação de histórias de vida são um dos importantes pressupostos do trabalho socioeducativo. Portanto, a escuta da dimensão psicossocial do trabalho especializado desenvolvido com juvenis também influenciou na delimitação e escolha do tema desse estudo.

A pesquisa em tela investigou os sentidos da maternagem a partir de um caso de uma jovem em situação de vulnerabilidade social acompanhada na medida socioeducativa de liberdade assistida no ano de 2016 em Belo Horizonte. A escolha do caso se deu por conveniência devido o mesmo estar documentado por diferentes atores em serviços diferentes, e o acompanhamento ter sido realizado em pontos diferentes da rede de saúde e assistência social do município de forma articulada, o que possibilita a discussão teórica proposta pelo estudo.

Introdução

A proteção social é tida como função do Estado. As diretrizes da política que privilegiam a articulação em rede no atendimento ao público em situação de vulnerabilidade e riscos sociais visam fomentar uma política social de Estado com foco na inclusão, e se embasam em fundamentos, projetos, programas, serviços e benefícios socioassistenciais que objetivam a consecução de direitos individuais, sociais e comunitários. Essas ações visam alcançar o acesso a direitos sociais para aqueles que da política necessitarem (Pastor & cols, 2016).

Nesse ensejo, adolescentes se enveredam pelo espaço público da rua como uma contrapartida à ausência de alternativas concretas de sobrevivência de uma realidade permeada por pobreza, ausência de perspectivas e, em alguns casos, por violência sofrida no ambiente familiar e/ou comunitário. A rua também se materializa como espaço de sofrimento, violações e privações de direitos (Morais & Koller, 2012).

O impacto causado pelo neoliberalismo na consolidação de ações de proteção social se manifesta na contenção de recursos em iniciativas de cunho social e retração de benefícios sociais, tido por muitos autores como forças de ação necessárias no enfrentamento de contextos extremos de vulnerabilidade social e promoção de cidadania (Knevez, 2016; Carmo & Guizardi, 2018; Sawaia, 2001).

Embora possuam direito à saúde reprodutiva, muitas adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado são privadas da experiência da gestação (Cruz & Parizzi, 2018). Negar o direito de ser mãe ao imputar a jovem a lógica de não estar pronta cuidar dos filhos nos faz pensar em quais seriam as alternativas que o Estado oferta caso não esteja ainda pronta. O que a política pública tem a oferecer para essas jovens nesses casos? Como algumas delas lidam com o fato de serem pobres, moradoras de rua e gestantes?

Essa profícua discussão remete aos determinantes sociais de saúde já que o fator saúde-doença não se relacionam estritamente ao paradigma biomédico de enfoque organicista e biologicista que reduz o olhar e intervenção de profissionais à práticas profissionais restritas ao corpo do paciente. Assim, os processos de adoecimento e de promoção da saúde são vistos de forma mais abrangente já que compreendem o contexto social da população vulnerável.

Assim, podemos pensar que os determinantes sociais de saúde englobam o gênero, a raça e classe social, entendidos como imprescindíveis para o entendimento e

intervenção no cuidado a jovens mães vulneráveis já que direciona de forma abrangente o objeto de estudo em questão e as formas de diagnóstico e tratamento. Há uma clara sinalização para que equipes de saúde atualizem conhecimentos para o atendimento à população com olhar voltado ao sofrimento causado pelos danos e prejuízos da desigualdade social, violência de gênero, intolerância e discriminação raciais. Foi verificado que visões de senso comum e estereótipos ligados ao imaginário de cada profissional reforçam o preconceito e "assimetrias estruturais de gênero" entre os usuários atendidos pelos serviços (Carmo & Guizardi, 2018; Souza, 2016).

O objetivo do presente estudo foi compreender como adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas traçam caminhos a fim de garantir sua proteção social em contextos e circunstâncias adversas em uma metrópole. Ao mesmo tempo, pretende-se evidenciar a existência de ações de proteção social entre políticas públicas durante o cumprimento de medida socioeducativa que favoreçam a efetivação de direitos de adolescentes. Para tanto foi realizado um estudo de caso ancorado nas políticas de proteção social de uma adolescente jovem acompanhada no cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Belo Horizonte no ano de 2016.

O estudo visa também contribuir para discussões sobre a necessidade de ampliar ações de proteção social para mães jovens e pobres em metrópoles, bem como compreender como adolescentes fazem uso de elementos simbólicos e psicossociais durante o período de cumprimento de sua medida com vistas à potencializar fatores de proteção e resiliência. Nesse sentido, a importância desse estudo se propõe a reforçar como ações de proteção social são relevantes para potencializar estratégias de adolescentes em vulnerabilidade social.

Metodologia

O presente estudo de abordagem qualitativa tem por finalidade explorar os sentidos da maternagem entre juvenis em situação de vulnerabilidade social através de um estudo de caso e pesquisa documental. Segundo Godoy (1995), "a escolha da unidade a ser investigada é feita tendo em vista o problema ou questão que preocupa o investigador" (p. 26).

Trata-se de uma jovem em situação de rua acompanhada pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas na modalidade de liberdade assistida no ano de 2016 em Belo Horizonte. O critério de inclusão para compor a amostra advém do caso acompanhado se mostrar relevante e ilustrativo ao tema proposto na pesquisa.

Nesse sentido, por meio da metodologia da pesquisa documental discute-se como adolescentes criam estratégias para viver a maternidade em situação de rua, e quais fatores de proteção podem e devem ser potencializados por ações continuadas de proteção social em face ao risco e violação de direitos fundamentais.

Estudos qualitativos de pesquisa documental utilizam variadas fontes de registros sobre o objeto de estudo em questão para fornecer novos conhecimentos acerca do tema de interesse. O estudo de caso se caracteriza enquanto pesquisa qualitativa que auxilia na compreensão do como e por que ocorre determinado fenômeno em um dado contexto social (Godoy, 1995).

Godoy (1995) afirma que "na pesquisa documental três aspectos devem merecer atenção especial por parte do investigador: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise" (p.23). Utilizaremos técnicas de análise de conteúdo referente a documentos primários em que o pesquisador estava presente no momento de sua confecção já que foi o profissional que acompanhou o caso. Portanto, os dados obtidos enquanto pesquisa se referem à observação e registro de orientações e intervenções referente a nove meses de acompanhamento.

Conforme Pimentel (2001), esse método de investigação necessita de descrição detalhada dos procedimentos e do caminho escolhido como ferramentas fundamentais para tomada de decisões no âmbito da pesquisa. Ao mesmo tempo, afirma que o pesquisador pode utilizar técnicas para o manejo de documentos até a elaboração da parte analítica e teórica.

Os documentos oficiais são prontuários escritos em papel, relatórios técnicos endereçados ao judiciário sobre o acompanhamento e atas de reuniões com a rede, em especial, no que diz respeito à equipe de saúde mental do Centro de Referência em Saúde Mental Infantil (CERSAMI) e de uma casa de acolhimento institucional.

Os dados se relacionam aos eixos do Plano Individual de Atendimento (PIA), documento construído conjuntamente com a adolescente e familiares no início da medida socioeducativa que traz a possibilidade de cada adolescente planejar como irá cumprir sua medida e refletir sobre projetos futuros, bem como a previsão de ações por parte do poder público afim de alcançar esses objetivos. Os eixos mencionados são estruturados na medida socioeducativa em relação ao processo educacional, cultural, contexto familiar, de trabalho, esporte e saúde de cada adolescente atendido, ou seja, de maneira individualizada, o que remete ao caráter subjetivo em que cada jovem cumpre sua pendência judicial.

Para isso, lançaremos mão de dados sobre a percepção de uma adolescente jovem em relação a temas ligados a sua faixa etária, convívio familiar e comunitário, acesso às políticas públicas, relacionamentos interpessoais que farão parte de unidades de análise de modo a categorizar alguns temas em torno do objetivo do estudo.

Nessa direção, Godoy (1995, p. 25) afirma que "para uma apreensão mais completa do fenômeno em estudo, é preciso enfatizar as várias dimensões em que ele se apresenta, assim como o contexto em que se situa". Assim, compreendemos que a análise dos dados do PIA, relatórios técnicos, atas de discussão de caso em rede e prontuários se configuram em uma rica base de dados.

O ato de escrever e de registrar realizado cotidianamente após a realização dos atendimentos na medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade se caracteriza enquanto processo de trabalho imbuido de sutilezas e lógicas do campo de interferências do pesquisador - trabalhador (Lourau, 2004). Dessa forma, realizamos a narrativa da história de vida e interpretações de relatos significados na memória, contidas nas falas das pessoas.

O uso do prontuário auxilia na construção dos casos, nas discussões em rede e com o sistema de garantia de direitos. Ao mesmo tempo, é útil na elaboração dos relatórios técnicos que são endereçados à instância judiciária como fonte de subsídio à decisão judicial em relação ao acompanhamento e cumprimento da medida socioeducativa por parte dos adolescentes. Auxilia também na construção de um

conhecimento que dá suporte, sustenta a prática profissional e legitima o trabalho com um histórico sobre o que foi realizado.

A possibilidade de explorar e estudar os sentidos da maternagem entre adolescentes em contextos econômicos extremos como forma de potencializar seu desenvolvimento influenciaram na escolha do tema da presente pesquisa. Aliado a isso, compreendemos como possibilidade de análise a vital importância de alinhar essa temática à responsabilidade estatal em ofertar políticas públicas de qualidade à população vulnerável socioeconomicamente através da proteção social.

A pesquisa foi conduzida de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que envolve as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Brasil, 2012). A coleta de dados do estudo teve seu início após sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CAAE 15899319.8.0000.5149).

Os dados coletados são apresentados na forma de narrativas e, dizem respeito ao acompanhamento realizado a uma jovem em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, ocorrido no período de maio de 2016 a julho de 2017 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Utilizaremos o termo Knabino para se referir ao sujeito da pesquisa em tela, que em Esperanto significa 'moça' ou 'menina'.

Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados no formato de artigos. O primeiro intitulado *"Estou indo", adolescente com história de vida nas ruas em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida* teve por objetivo conhecer o percurso de uma adolescente em situação de rua que cumpriu medida socioeducativa e tem como pano de fundo seu acompanhamento no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida. Já o segundo, intitulado *Sobre maternagem, adolescência, vida nas ruas e possibilidade de mudança de vida*, teve por objetivo analisar em que medida a maternagem auxilia mães jovens em meio a uma realidade que tende a excluir aqueles à margem da sociedade e de que modo o trabalho em rede das políticas públicas potencializa a proteção social e resiliência de jovens vulneráveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Artigo 1 - "*Estou indo*", adolescente com história de vida nas ruas em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida

Resumo

O objetivo do estudo foi conhecer o percurso de uma adolescente em situação de rua que cumpriu medida socioeducativa e tem como pano de fundo seu acompanhamento no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida. Trata-se de estudo qualitativo, descritivo e exploratório que utilizou o estudo de caso e a pesquisa documental como referencial metodológico. Apresentam-se os resultados em forma de narrativa, entrelaçada com as informações registradas nos documentos analisados e o registro de falas do sujeito da pesquisa. Aponta-se a fragilidade e vulnerabilidade do adolescente em situação de rua em relação à vida, permeada por diferentes tipos de violências. As políticas públicas para a área conceitualmente estão de acordo com os princípios de proteção social. Sua operacionalização é frágil em meio à realidade socioeconômica da maioria da população brasileira que implica em vulnerabilidades sociais para as famílias e conseqüentemente para as crianças e adolescentes. Indica-se que o fortalecimento e a implementação de políticas públicas de proteção social destinadas às famílias é o melhor caminho para prevenção do fenômeno social que se caracteriza pela presença de crianças e adolescentes em situação de rua.

Palavras-chave: adolescentes; proteção social; políticas públicas, vulnerabilidade.

Introdução

No Brasil não existem dados oficiais sobre o número e perfil de crianças e adolescentes em situação de rua, embora seja um problema social. Há consenso de que a rua não é um lugar para morar, ao contrário, é um lugar transitório de alto risco que evidencia a falha do Estado e a desigualdade social de uma sociedade que priva milhares de crianças e adolescentes a direitos básicos de educação, lazer, saúde, segurança familiar e comunitária (Brasil, 2017; Couto, 2018; Rizzini & Couto, 2018).

Identifica-se como fatores associados à situação de rua entre crianças e adolescentes: trabalho infantil, mendicância, violência sexual, consumo de álcool e

outras drogas, violência intrafamiliar, institucional ou urbana, ameaça de morte, sofrimento ou transtorno mental, LGBTfobia, racismo, sexismo, misoginia, cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento e encarceramento dos pais (Brasil, 2016).

As políticas destinadas à proteção de adolescentes são ancoradas em ações que pretendem auxiliar na promoção e desenvolvimento de projetos de vida com atuação intersetorial entre atores da rede de serviços e instituições que ofertam ações de proteção social. No Canadá, onde 20% da população de sem-teto são jovens, aponta-se a necessidade de ações de apoio público e privado, pautados no direito, em princípios éticos e na participação significativa do adolescente como protagonista das intervenções (Wilton, 2019).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal 8.069 de 13 de julho de 1990, medidas socioeducativas são aplicadas a adolescentes após apreensão por prática de ato infracional, que é considerado uma ação delitiva análoga aos crimes praticados por adultos. O juiz em audiência avalia a gravidade do ato infracional, o contexto pessoal do adolescente e sua capacidade para cumprir a medida. Determina se o cumprimento da MSE será em meio aberto ou fechado, de acordo com a autoria e a materialidade do ato infracional.

O acompanhamento da determinação judicial deve transcorrer em menor tempo possível e o seu encerramento pelo juiz pode ocorrer após análise sobre os indícios de responsabilização do adolescente durante sua medida. Dessa forma, seu caráter não deve ser meramente punitivo e sim socioeducativo (Brasil, 2012).

Os adolescentes encaminhados para cumprimento de medidas socioeducativas são acompanhados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que são unidades públicas estatais da política de Assistência Social que oferecem serviços de proteção social especial de média complexidade, entre eles o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de serviços à comunidade (PSC); bem como o PAEFI, que é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Fiorotti, 2016).

O perfil dos adolescentes atendidos pelo serviço de medidas socioeducativas é diversificado, embora prevaleçam moradores de periferias e de classes sociais pobres. Muitas histórias das famílias acompanhadas nesse equipamento público são marcadas por conflitos e rompimento de vínculos familiares e sociais, negligência familiar, abuso,

perda do controle parental, ameaça de morte, uso abusivo de drogas, adoecimento mental, trajetória de rua, violações de direitos, trabalho infantil bem como desigualdades, vulnerabilidades e outros riscos sociais (Brasil, 2016).

Desde 1998 a execução da medida em meio aberto na cidade de Belo Horizonte é realizada pelo município. Após a sentença judicial, os adolescentes são encaminhados a uma das nove regionais da capital pelo NAMSEP, que é Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas (Barreto & Bransão, 2008). Há uma previsão legal para que a medida socioeducativa seja executada nos territórios, de modo que o acesso da população às políticas públicas seja facilitado e o adolescente possa circular pela cidade. O acompanhamento é realizado por psicólogos e assistentes sociais, que podem contrareferenciar os casos a outros serviços socioassistenciais ou dispositivos de outras políticas (Saadallah, 2013).

O objetivo do trabalho psicossocial é possibilitar a reinserção social do adolescente por meio das políticas públicas, bem como realizar o acompanhamento familiar com vistas ao fortalecimento de vínculos entre seus membros. Com isso, se almeja garantir ações de proteção social de modo a evitar situações de risco e vulnerabilidade sociais, bem como novos atos infracionais e violações de direitos.

Para tanto é necessário a construção de parâmetros de avaliação sobre a adesão do adolescente aos objetivos e encaminhamentos propostos, bem como a participação familiar, do poder público¹ e sociedade no que tange a responsabilização do adolescente na medida, ato infracional e futuro de vida. Dessa forma, se vislumbra o papel de todos no dever co-responsável frente ao cuidado dos adolescentes e jovens (Brasil, 1990).

A política de Assistência Social tem como pressupostos a articulação e mobilização de outras políticas como a educação, saúde e transferência de renda (Brasil, 2017). A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº 8.742/93 regulamenta o reconhecimento de entidades e organizações e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, e traz à política social sua unicidade no território nacional. O ECA traz como pressuposto a ideia de pessoa em desenvolvimento e parâmetros ideais de proteção integral das crianças e adolescentes no que tange as ações do Estado, família e sociedade (Brasil, 1993; Brasil, 1990). As diretrizes da política privilegiam a articulação intersetorial no atendimento ao público em situação de vulnerabilidade e riscos sociais.

¹ Alguns exemplos de atores da rede e sistema de garantia de direitos são: Conselho Tutelar; Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário; Secretaria de Assistência Social; Secretaria da Saúde; Secretaria da Educação; Secretaria da Cultura; Secretaria do Esporte e Lazer; Universidades; Centros de Defesa; Organizações da sociedade civil (Brasil, 2017).

Ademais, visam fomentar uma política social de Estado com foco na inclusão (Pastor & Brevilheri, 2016).

A proteção social básica é operacionalizada através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e das Equipes de Proteção Social Básica (EPSB) regionais, quando fora dos territórios de área dos CRAS. Tem por princípio prevenir riscos e vulnerabilidades sociais, bem como conflitos e rompimento de vínculos familiares, atos infracionais, trajetória de rua e outras vulnerabilidades. Já na média e alta complexidade, as situações de risco social estão instauradas e as intervenções visam amenizar e superar os danos relativos à falta da presença do Estado, conflitos familiares graves e pobreza extrema (Saadallah, 2013).

Ao término da sentença o serviço pode propor à instância judiciária o encerramento do processo, a partir da análise técnica junto à família e ao adolescente. Após apreciação do Ministério Público, da Defensoria Pública e Setor de Acompanhamento ao Adolescente em Situação Especial (SAASE), o caso é avaliado em juízo e pode ter continuidade ou ser encerrado.

O objetivo do estudo foi conhecer o percurso de uma adolescente em situação de rua que cumpriu medida socioeducativa em meio aberto em 2016, e tem como pano de fundo seu acompanhamento no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida.

O estudo teve por finalidade contribuir para a discussão acerca da realidade vivida por uma adolescente em situação de rua e a importância de ações intersetoriais na abordagem da temática.

Metodologia

O presente estudo possui caráter exploratório, dado seu aspecto de observação, interpretação e reflexão, bem como se apresenta enquanto pesquisa descritiva, na medida em que seu propósito foi descrever, analisar e interpretar registros escritos acerca das práticas, intervenções, perspectivas, perfis de formação e atuação profissional para o contexto da atenção social a adolescentes.

Utilizou-se como referencial metodológico o estudo de caso por compreender que possibilita responder a questão do estudo sobre a compreensão da trajetória de uma adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Esse método não exige controle sobre eventos comportamentais e considera o contexto real (Yin, 2015). Além

disso, possibilita focalizar acontecimentos contemporâneos que se adequam ao escopo da presente pesquisa em relação ao sujeito (adolescente que vive na rua) e objeto (políticas sociais).

O caso em tela foi construído por meio da pesquisa documental referente a registros de marcos conceituais e legais das medidas socioeducativas, prontuários em meio físico, relatórios técnicos, plano individual de atendimento e atas de reuniões em equipe, e os dados se referem a nove meses de acompanhamento (Pimentel, 2001).

Os dados compilados se relacionam aos eixos do Plano Individual de Atendimento (PIA), que é construído conjuntamente com o adolescente e sua família no início da medida socioeducativa, e tem por objetivo estabelecer objetivos e metas a serem cumpridos pelo adolescente, além de organizar as ações intersetoriais de forma coordenada (Brasil, 2016).

O PIA se organiza em eixos que devem contemplar: os objetivos declarados pelo adolescente; a previsão de suas atividades de integração social como capacitação profissional, atividades coletivas, projetos culturais e esportivos; atividades de integração e apoio à família; as formas de participação da família para o efetivo cumprimento do plano individual; medidas específicas de atenção à sua saúde e proteção à integridade do adolescente (Brasil, 2016).

O uso do prontuário auxilia na construção dos casos, nas discussões em rede e com o sistema de garantia de direitos. Ao mesmo tempo, é útil na elaboração dos relatórios técnicos que são endereçados à instância judiciária como fonte de subsídio à decisão judicial em relação ao acompanhamento e cumprimento da medida socioeducativa por parte dos adolescentes.

A pesquisa foi conduzida de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A coleta de dados do estudo teve seu início após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CAAE 15899319.8.0000.5149) (Brasil, 2012).

Os dados coletados são apresentados na forma de narrativa e, dizem respeito ao acompanhamento de uma adolescente jovem em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, ocorrido no período de maio de 2016 a julho de 2017 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. No presente texto, a adolescente foi identificada pelo nome *Knabino*, que em Esperanto quer dizer ‘menina’, ‘moça’. Os registros das falas de Knabino foram incorporados à narrativa e ao título do estudo.

Resultados

"*Estou indo*", respondeu Knabino ao ser questionada sobre como estava naquele momento, em junho de 2016. Estava sozinha no primeiro atendimento de sua medida de liberdade assistida (LA) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Belo Horizonte. "Era muito *descabeçada* na vida", avaliava.

Após audiência realizada no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA/BH) em abril de 2016, o juiz da Vara Infracional da Infância e Juventude de Belo Horizonte sentenciou a jovem a medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Knabino definiu como objetivos em seu Plano Individual de Atendimento (PIA): "*estudar, trabalhar e morar sozinha*".

Na época tinha dezessete anos e contou que nunca havia cumprido medida socioeducativa em meio fechado², apesar de permanecer em acautelamento³ em um centro de internação provisório por dezoito dias. Informou que permaneceu quatro meses em acolhimento institucional quando ainda cumpria sua medida socioeducativa em outra regional da cidade, e um ano em outras instituições de abrigamento.

Após mudança de endereço, o cumprimento da medida foi redirecionada ao local mais próximo de sua nova residência, momento em que conhecemos adolescente e sua família. Desde então, permaneceu frequente aos atendimentos, com faltas pontuais.

Ela contou sua história e disse que tudo começou por gostar da rua. Foi lá que iniciou o uso abusivo de crack, muito embora afirmasse que durante sua medida já não fazia uso da substância, há dois anos especificamente. Suas queixas sobre os motivos de idas e vindas às ruas eram por conflitos amorosos com outras companheiras, caracterizados por ciúmes, agressões físicas e verbais.

Knabino fazia uso esporádico de maconha, cigarro e álcool, com histórico de uso de 'loló'⁴. A mãe faleceu quando tinha onze anos. O pai, prestes a finalizar o teste de DNA para reconhecimento de paternidade, possuía questões de saúde mental e era usuário de drogas. Contou que possuía parentes no Ceará, São Paulo, São José da Lapa (Minas Gerais) e em alguns bairros de Belo Horizonte, bem como permaneceu abrigada após falecimento da mãe.

² As medidas em meio fechado são de responsabilidade estatal e não municipal.

³ O juiz pode determinar a internação provisória do adolescente através de instituições de acautelamento de acordo com a gravidade, reincidência do ato infracional e reiterados descumprimentos da determinação judicial (Brasil, 1990).

⁴ Combinação de éter, clorofórmio, cloreto de etila e perfume.

Na época do acompanhamento, morava próximo da residência de sua tia paterna, que lhe auxiliava nos cuidados. Relatou histórico de abuso sexual por parte do falecido padrasto que na época perdeu a guarda, de quem herdou um imóvel.

O imóvel era alugado pela tia a outrem e o dinheiro do aluguel era utilizado para gastos com a compra de materiais de higiene e uso pessoal, segundo relato da familiar. A tia paterna acolheu Knabino e outras duas adolescentes sem grau de parentesco, mas com histórico comum de abrigamento e situação de rua. Uma delas era companheira de Knabino, e a convivência lhes permitiu que morassem sob o mesmo teto, compartilhando experiências, apesar dos conflitos por ciúmes e acusações de traições.

Os conflitos conjugais e experiências amorosas com meninos e meninas, por vezes marcado por ciúmes e desentendimentos, tendiam a piorar os sentimentos de intolerância à frustração e labilidade de humor. Knabino relatava elementos de suas vivências afetivas e preferia se vestir de modo social e cultural reconhecido pelo gênero “masculino”. Nos atendimentos, apresentava necessidade de falar sobre relacionamentos afetivos e afirmava que o vínculo afetivo com uma de suas parceiras *“foi o meu melhor estabilizador, melhor que remédio e terapia. Só o amor barrava momentos ruins”*.

No decorrer do cumprimento da medida, as adolescentes que coabitavam com Knabino na casa da tia foram encaminhadas para acolhimento institucional, já que sua tia ponderava sobre a necessidade de direcionar sua atenção à sobrinha, bem como sobre seu limite e sobrecarga em relação ao cuidado de outras adolescentes sem laço familiar e responsabilidade legal.

Havia a pretensão por parte da família, e da própria adolescente, que após seus dezoito anos morasse sozinha. Sua moradia era considerada irregular, pelo fato de que naquele momento Knabino ainda era menor de idade e permanecia sem a presença de um responsável, mesmo que a tia morasse na mesma rua.

Ela afirmou que parou os estudos na sétima série do ensino fundamental em período noturno e se matriculou em 2016 em uma escola municipal, apesar de não concluir os estudos no ano. Apesar das orientações da tia e de profissionais, costumava sair antes do término do horário de aulas, o que fez com que acumulasse faltas durante o ano letivo.

Relatou sua experiência de trabalho em uma rede de restaurantes e seu projeto de trabalhar no mesmo local, embora problemas emocionais relacionados a humor depressivo, absenteísmo e uso de drogas tenham provocado seu afastamento da

empresa. Participou de processos seletivos aos quais não deu prosseguimento e aguardava resposta de algumas entrevistas.

Realizou tratamento no Centro de Referência em Saúde Mental infantil (CERSAMI) em 2013, devido ao uso abusivo de crack. Na época apresentava convulsões, sintomas de epilepsia, e humor depressivo. A adolescente possuía vínculo bem estabelecido com as técnicas da instituição e passagem pelo Centro Psíquico da Adolescência e da Infância (CEPAI). Elas relataram que Knabino gostava da rotina laboral e, apesar de demandar acesso ao benefício socioassistencial, avaliávamos sua indicação para o trabalho haja vista a aposta em sua capacidade de se organizar através de atividades laborais.

Knabino ouvia vozes que sumiram com o tempo e fazia cortes no corpo juntamente com sua ex-companheira. Segundo os profissionais do CERSAMI, essa forma disfuncional de alívio demonstrava intolerância às frustrações exacerbada por dilemas existenciais de sua adolescência. Não havia sinais de heteroagressão.

Foram prescritos, pela psiquiatra, antidepressivos e ansiolíticos que permaneceram com a mesma receita por muito tempo. Conforme relatórios médicos, sua proposta terapêutica era de retirada gradual da medicação. Os profissionais de saúde afirmaram que não existia um diagnóstico fechado sobre sua questão de saúde mental na época. Ademais, avaliavam que seu quadro se caracterizava pelo bom prognóstico e melhora positiva há um ano. Paralelo a isso, a adolescente afirmou que realizava tratamento para anemia e hipoglicemia na Unidade Básica de Saúde.

Ao final da medida, em 2017, conheceu o ex-companheiro e engravidou. Ele era maior de idade, assim como Knabino na época, e também usuário de drogas. Ele foi acompanhado por um serviço do município para tratamento de usuários de álcool e outras drogas, possuía noções de culinária e sua família detinha condição financeira estável. Entretanto, repentinamente passou a morar alguns períodos em situação de rua após uso abusivo de drogas. Nos atendimentos, orientávamos Knabino e seu ex-namorado quanto à problemática sobre negligência, maus tratos, violência infantil e à necessidade de um ambiente livre de drogas.

O nascimento de seu bebê, ao final do acompanhamento, foi percebido como o principal fator de sua saída das ruas e motivo para cessar o uso de outras drogas. Ao mesmo tempo, entendia que a maternidade possibilitou sua responsabilização, já que canalizou sua atenção para os cuidados com o filho, bem como refletir sobre o lugar e o direito de ser mãe.

Knabino afirmava que o companheiro era calmo e lhe auxiliava nos cuidados diários com o bebê. Durante o período de acompanhamento, ele demandou do serviço de Medidas Socioeducativas (MSE) orientações e encaminhamentos para vagas de trabalho, benefícios socioassistenciais e acesso à documentação de identificação.

A proximidade de sua moradia com a de sua tia paterna lhe permitiu o fortalecimento dos vínculos e cuidados familiares advindo da família. A tia teve papel importante para o cumprimento da medida por parte da sobrinha e em relação ao cuidado dela com o bebê, pois prestava orientações sobre a responsabilidade da maternidade e da vida em geral.

Inicialmente familiares questionavam se de fato a jovem conseguiria cuidar de uma criança. O contato e a aprendizagem, durante o pré natal, sobre o plano de parto humanizado, sua implicação com a gestação e seus desdobramentos auxiliaram o planejamento da maternagem⁵.

Após completar dezoito anos, enquanto aguardava resposta de processos seletivos de vagas de trabalho, Knabino passou a vender artesanato com o ex-companheiro no centro da capital para complementar sua renda advinda do aluguel da casa que herdou. Nesse ponto do acompanhamento afirmou que seu processo de responsabilização se relacionava ao fato de cessar o uso de drogas, ser frequente em seu tratamento de saúde mental, ser mãe e não ter novos atos infracionais.

Ela percebeu que o nascimento do seu filho e o significado de ser mãe foi o recurso mais importante para sua saída das ruas e cessar o uso de drogas. Sua tia paterna concordava com essa visão. Durante a gestação se aproximou de parentes e pessoas de sua rede social, pois se sentia insegurança em relação à maternidade. Ao mesmo tempo, se sentia cuidada por amigos e familiares.

O vínculo estabelecido, a assiduidade e a adesão ao tratamento contribuíram para o cumprimento da medida e do seu bem estar psicossocial. Embora apresentasse sintomas de humor depressivo e instabilidade emocional, havia a avaliação por parte dos profissionais de que a adolescente possuía condições sociais e psicológicas para organizar sua vida e cumprir sua pendência judicial.

O acompanhamento foi finalizado em nove meses após sentença favorável ao encerramento do processo, que, coincidentemente, é o período de uma gestação. Por fim, Knabino passou a morar em uma casa com sua nova família.

⁵ É o desempenho da função da maternidade pela mãe, bem como seus recursos psicológicos com vistas ao cuidado ao filho (Stellin, 2011).

Discussão

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social se constitui enquanto política pública não contributiva⁶ que oferta serviços, articula e mobiliza outras políticas. Se caracteriza enquanto oferta de uma escuta direcionada aos direitos fundamentais básicos previstos na carta magna (Brasil, 2017).

Os programas sociais devem ter um funcionamento claro, com fluxos definidos, espaço para participação dos jovens e apoio psicossocial afim de promover cidadania. Lori Wilton (2019) aponta a fragilidade e lacunas na oferta de programas sociais para jovens sem teto no Canadá e afirma que cada programa atua de forma individualizada. Essa segmentação torna normas e fluxos confusos no funcionamento e organização dos serviços.

Independente do objetivo dos estudos encontrados na revisão da literatura sobre o tema, as políticas públicas são consideradas pilar importante para a questão do adolescente em situação de rua. O trabalho do profissional de referência no acompanhamento de forma individualizada, o trabalho em rede, a integralidade do cuidado, a construção de resiliência e a abordagem baseada no oferecimento de possibilidades de cuidados e ações sociais bem estruturadas são consideradas estratégias virtuosas. A internação em instituições fechadas deve ser considerada como última possibilidade (Brasil, 1990; Society for Adolescent Health and Medicine, 2018).

A percepção do adolescente em relação a si pode ser influenciada por dimensões subjetivas e objetivas, como a falta de moradia. Não ter um teto não significa apenas morar na rua, já que há uma construção social da rua associada ao concreto, à dureza da vida, à sobrevivência e ao espaço físico, que traz em si o peso do estigma e influencia a autopercepção do adolescente. Em especial, prejudica sua capacidade de organização diante de situações que denotam desordem (Bill; Sean & Gaetz, 2019; Heerde; Hemphill; Scholes-Balog, 2013).

O uso abusivo de álcool e outras drogas por adolescentes está presente na literatura em diferentes abordagens. Vínculos familiares frágeis e/ou violentos, apoio familiar inexistente, negligência e maus tratos são apontados como fatores que influenciam viver nas ruas, em especial quando o ambiente familiar está associado à

⁶ Assim como a saúde, a assistência social presta serviços à população sem necessidade de contribuição por parte dos cidadãos, uma vez concebido em legislações que é dever do Estado fornecer ações ligadas às políticas de proteção social.

violência. Alguns autores discutem a fragilidade do adolescente diante de um ambiente hostil sob a perspectiva da resiliência individual e/ou coletiva. O despecho de morar nas ruas intensifica condições de vida adversas, bem como o uso abusivo de drogas torna-se uma estratégia de sobrevivência (Bill; Sean & Gaetz, 2019; Heerde; Hemphill; Scholes-Balog, 2013). Santos (2006) analisa em pesquisa qualitativa com adolescentes em situação de rua em Salvador que a rede de pertença e sociabilidade são estratégias importantes para garantir resiliência e bem estar em meio à intensa desigualdade social, falta de apoio familiar e vínculos familiares rompidos.

Usar álcool ou outras drogas também pode se associar a regra de pertencimento a um grupo, ao uso para recreação, ao estabelecimento de relações afetivas ou não e como suporte para viver em um ambiente hostil. Outros estudos investigaram o tipo de droga mais utilizado nas ruas entre adolescentes, que são a cola de sapateiro, solvente, loló e o uso crescente de crack. Na literatura consultada foram identificados como raros os casos de adolescentes que vivem nas ruas e permanecem nas escolas (Brasil, 2016).

A família tem papel central na abordagem do tema adolescente em situação de rua, pois pode se comportar ora como fator de risco ora protetor. Estudos abordam a fragilidade das relações familiares, abandono infantojuvenil, negligência, arranjos e rearranjos familiares constantes, bem como violência de todas as ordens perpetrada por familiares e agregados como desencadeadores da fuga do lar. Em especial, a literatura denuncia a violência sexual, física e psicológica, além da carência material e afetiva (Benjamin; Allen, 2017).

Embora a família se apresente como fator de risco na maioria dos casos, há uma idealização por parte do adolescente de retorno, resgate e redenção familiar, quer seja na antiga família, quer na formação de uma nova. No imaginário do adolescente esse núcleo familiar não se comportaria, ou replicaria o modelo de (des)cuidado da família original (Benjamin; Allen, 2017).

Knabino relatou história de violência sexual perpetrada pelo padrasto já falecido, o registro em relação a sua mãe se atém a falta devido ao seu falecimento por complicações de saúde. Suas relações afetivas são permeadas pela violência autoinfligida, conflitos, e busca por afetos que tragam descanso, como ela mesma define “*só o amor barra momentos ruins*”.

A definição do melhor termo para um adolescente que mora na rua foi objeto de um estudo para aprimorar políticas públicas na cidade de Toronto, no Canadá. Viver na rua está associado ao espaço casa, moradia, ter ou não um teto. Os adolescentes

divergiram sobre o que seria morar na rua. Questionam se o conceito se aplica a viver na rua durante todo tempo, morar momentaneamente, passar o dia na rua, mas não necessariamente dormir na rua, o que nos leva a pensar na ideia na transitoriedade do morar na rua (Bill; Sean & Gaetz, 2019).

A ideia de transitoriedade é utilizada no Brasil quando se utiliza o termo “criança e adolescente em situação de rua”. Seu conceito é definido de forma ampla:

sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros (Brasil, 2016).

A rua não é lugar de morar e/ou habitar independente do ciclo de vida em que se encontra o sujeito. A rua é um lugar de trânsito, de ir e vir, não é o lugar da permanência atemporal. Quando se pensa em políticas públicas, o conceito é extremamente importante para direcionar e otimizar o trabalho de seus operadores.

Knabino tem uma casa e renda advinda do aluguel desse imóvel, ela tem uma tia que se ocupa do cuidado da adolescente dentro do possível. Em alguns momentos, estende essa atenção para outras adolescentes. Faz-nos pensar na necessidade do cuidado singular, onde um caso não é apenas um caso, mas sim ‘o caso de alguém que tem nome e história’, e pede a delicadeza da compreensão de que não existem projetos homogêneos para populações heterogêneas que possam ter êxito. A singularidade do cuidado, a integralidade das ações e a intersetorialidade devem dar conta do que é particular e coletivo.

Knabino fala do trabalho como elemento organizador da vida, e reconhece seu potencial de forma positiva. O adolescente e o mundo do trabalho é um tema amplo, que considera a proteção social, a faixa etária, a escolaridade, o contexto, as diferentes experiências de juventudes e suas expectativas. No que concerne ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas o trabalho é um eixo importante de inserção social no mundo, faz parte do projeto socioeducacional, assim como a permanência na escola, e o resgate, sempre que possível, do laço familiar (Barone; Silva, 2015).

Os adolescentes que vivem nas ruas apresentam maior prevalência de transtornos mentais. A falta de moradia, comorbidades, falta ou frágil rede de apoio social, relações familiares conflituosas, uso de substâncias e traumas foram

identificados como marcadores importantes para o sofrimento mental nessa população (Narendorf et al, 2017).

O morar na rua está associado a vários problemas sociais e de saúde, o contexto de vulnerabilidade da rua também interfere de modo negativo na busca por acompanhamento em serviços especializados de saúde mental, fato que pode ser superado quando o adolescente está em acompanhamento por outros pontos da rede. Há um consenso de que o trabalho em rede é fundamental para mitigar o sofrimento mental entre adolescente, associados às condições de vida que o levaram a morar nas ruas e a vulnerabilidade presente na situação em que se encontram (Narendorf et al, 2017; Haskett; Armstrong; Tisdale, 2016).

Apesar da questão de saúde mental do adolescente ser importante, a atenção destinada a essa população depende do trabalho intersetorial. Nesse sentido, não cabe apenas encaminhar, e sim acompanhar de forma efetiva as possibilidades de cuidado ofertadas (Heerde; Hemphill; Scholes-Balog, 2013).

A entrada de Knabino em um serviço da Rede de Atenção Psicossocial do município se inicia com sintomas inespecíficos que podem sugerir uma infinidade de diagnósticos, dado a idade da adolescente, e as condições de vida e vulnerabilidade as quais estava exposta.

O uso de drogas atravessa seu caminho, e esse é um traço comum de histórias de adolescentes semelhantes a de Knabino. O acompanhamento em um dispositivo da rede de saúde mental aponta o potencial e a fragilidade dessa rede, que não estão em discussão no presente artigo, mas que aparecem nos registros dos documentos analisados, tais como o fato do vínculo criado entre a adolescente e os profissionais do serviço, e a mesma prescrição médica de ansiolítico e antidepressivo por muito tempo, apesar das mudanças da vida de Knabino e as inflexões decorrentes destas.

Um adolescente que vive nas ruas tem de 10 a 12 vezes mais chances de contrair infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) do que os adolescentes na população em geral. O acesso à informação à saúde, em especial à sexualidade, ações de prevenção do HIV/AIDS e ISTs, e redução de danos, se fazem necessárias para essa população de orientações sexuais e identidades de gênero diversas (Abramovich, 2014; Alessi; Greenfield; Manning; Dank,2020).

O adolescente com orientação sexual e identidade de gênero diversa tem aumentado o potencial para sofrer violência como estigma, preconceito, assédio,

homofobia e transfobia. A orientação sexual também é motivo para sair de casa por coerção ou expulsão da casa em alguns casos (Abramovich, 2014).

Estudo qualitativo desenvolvido nos Estados Unidos da América (EUA) com adolescentes de minorias sexuais e de gênero, descreveu os tipos de violência sofrida antes e depois dos adolescentes viverem na rua em uma metrópole estadunidense. O estudo aponta que antes de irem para as ruas os adolescentes viviam em um ambiente familiar inseguro, caótico e violento (Alessi; Greenfield; Manning; Dank, 2020).

Knabino tem necessidade de ‘falar sobre’ seus relacionamentos para os profissionais, o que segundo a literatura, é uma forma de resgatar afetos, laços e compromissos, em alguns momentos com projetos de felicidade e vida, construídos sob a perspectiva de formação de uma nova família, a partir de um relacionamento afetivo e/ou sexual (Tevendale; Lightfoot; Slocum, 2009). Nesse sentido a escuta e o acolhimento são elementos que podem auxiliar no desenvolvimento de estratégias de proteção dos adolescentes com orientações sexuais diversas.

A prevalência de gravidez e partenidade entre adolescentes que vivem nas ruas é maior quando comparada aos que moram com a família e pode representar 20% da população, segundo alguns estudos. O tema é pouco pesquisado e a gestação geralmente se dá de forma não planejada ou fruto de exploração e abuso sexual, resultado de uma saúde sexual e reprodutiva pouco assistida e vulnerável (Begun, 2019; Thompson; Bender; Lewis; Watkins, 2008).

Estudo realizado na Etiópia com meninas entre 13 e 19 anos grávidas e que vivem nas ruas ou com histórico de gravidez apontou que não houve uma decisão sobre engravidar. A gravidez naquele grupo era percebida como algo difícil, em especial no que concerne ao futuro dos filhos (Merga; Anteab; Sintayehu; Bayu, 2015)

O risco da retirada dos filhos de forma compulsória nas maternidades e o encaminhamento das crianças para a adoção tem impulsionado mulheres em situação de rua a evitarem a rede hospitalar no momento do parto, o que põe em risco a saúde de mães e bebês. Trata-se de uma medida excludente, em que o recém-nascido é “amparado” e a mãe sofre uma segunda exclusão com violação de direitos (Brasil, 2017).

As complicações em relação ao nascimento de bebês nas ruas, em alguns casos, estão relacionadas ao risco aumentado de baixo peso ao nascer e alta mortalidade infantil. A gravidez na adolescência foi associada a uma minoria étnica, abandono

escolar, morar na rua por períodos longos, ter uma infecção sexualmente transmissível e sentir-se abandonada pela família (Thompson; Begun, Bender, 2016).

Em alguns casos, a gestação é vista como algo positivo e um caminho para uma família afetuosa que oferta suporte, respeito e recomeço. Já em outros, o aborto pode ser considerado como possibilidade. O apoio do companheiro é fundamental para o envolvimento com a gestação, ao passo que sentir-se sozinha e abandonada gera percepção negativa (Begun, Frey, Combs, Torrie. 2019).

A análise e discussão dos resultados foi realizada com base na literatura e aponta a questão da situação de rua entre adolescentes como um fenômeno mundial, presente em países ricos e pobres e que se apresenta como um desafio para as políticas públicas ao considerar suas causas e efeitos. Aborda-se o caso particular de uma adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e em situação de rua.

A limitação da pesquisa está associada ao fato de ser um estudo de caso único, mas que reflete vários outros adolescentes acompanhados pelas políticas públicas, de acordo com a literatura. Daí advém seu potencial para a reflexão e realização de outros estudos sobre o tema.

Considerações finais

A vida nas ruas é uma situação de extrema vulnerabilidade que expõe o adolescente a adversidades. Viver na rua significa se haver com a busca por segurança, alimentação, relações de grupos que promovam suporte, apoio e amparo.

O consumo de drogas, sexo de sobrevivência, diferentes tipos de violência, assédio, adoecimento, furtos, uso de drogas, envolvimento com o tráfico e mendicância também fazem parte de seu cotidiano. A orientação sexual do adolescente na rua é algo complexo devido ao risco relacionado a diferentes tipos de violência, como a homofobia e transfobia.

O presente estudo valoriza a história de vida do sujeito e a escuta qualificada como ferramentas para identificar e potencializar fatores de proteção e minimizar fatores de risco para adolescente que vivem nas ruas. Defende que viver na rua deve ser visto como algo incomum, transitório e inaceitável.

Aponta-se, por meio da história de uma adolescente, a possibilidade para que futuros estudos e experiências possam investigar e pensar possibilidades de desenvolvimento psicossocial de adolescentes residentes de periferias por meio do

acesso às políticas públicas que abarquem suas particularidades, protejam social e economicamente indivíduos e suas famílias para a promoção de cidadania.

A fragilidade das políticas públicas para a área associa-se à vulnerabilidade da população mais pobre e a insegurança social. Aponta-se que morar na rua na adolescência é um problema social de países pobres e ricos. Advoga-se ao jovem em situação de conflito com a lei o acesso a abrigo protegido quando não é possível resgatar o laço social ou familiar.

Indica-se a necessidade de trabalhos que avaliam questões como resiliência familiar e individual frente à desigualdade social como forma de subsidiar políticas de prevenção à situação de rua de adolescentes; estudos demográficos sobre a população visível e invisível de adolescentes em situação de rua, mapeamento das redes sociais construídas nos espaços urbanos por jovens sem teto, aprofundamento nas questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero nessa população e acesso à rede de atenção e cuidado pelo adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em situação de rua.

"I'm going", teenager with a history of life on the streets in compliance with the socio-educational measure of assisted freedom

Abstract

The aim of this study was to know the teenager's path who lived on the streets and fulfilled a socio-educational measure and has as background your accompaniment on Social Protection Service for Adolescents in open environment of assisted freedom. This is a qualitative, descriptive, exploratory study that used the case study and documentary research as a methodological referential. The results are in narrative form, intertwined with the information recorded in the analyzed documents and the record of the research subject's statements. It points out the fragility and vulnerability of adolescents living on the streets in relation to life, marked by different types of violence. The public policies to the area are conceptually in accordance with the principles of social protection. Their operationalization is fragile carried out amid the socioeconomic reality of most Brazilian populations, which implies social vulnerabilities for families and, consequently, for children and teenagers. It is indicated that the strengthening and implementation of public policies of social protection to

families are the best way to avoid the social phenomenon characted by the presence of children and adolescents living on the streets.

Keywords: adolescents; social protection; public policies, vulnerability.

Nota:

O presente estudo não possui financiamento. É resultado de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Proteção social entre adolescentes jovens em cumprimento de medida socioeducativa em Belo Horizonte – Minas Gerais”. Não há conflitos de interesse por parte dos envolvidos na mesma.

Artigo 2: Sobre maternagem, adolescência, vida nas ruas e possibilidade de mudança de vida

Resumo

O presente estudo de natureza qualitativa e descritiva tem a pretensão de analisar os sentidos da maternagem de uma jovem vulnerável. Utilizou-se como método o estudo de caso e a pesquisa documental sobre o acompanhamento de uma jovem em situação de rua pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas na modalidade de liberdade assistida. Pretende-se analisar em que medida a maternagem auxilia mães jovens em meio a uma realidade que tende a excluir aqueles à margem da sociedade e de que modo o trabalho em rede das políticas públicas potencializa a proteção social e resiliência de jovens vulneráveis. Conclui-se que ser mãe pode ser um fator de proteção e incentiva jovens mães a construir planos de futuro que considerem sua saída das ruas.

Palavras-chave: adolescente; maternidade, política pública; vulnerabilidade.

Introdução

A maternidade pressupõe que a mulher desenvolva uma série de recursos psicológicos que compreendem a função de ser mãe e o grau de investimento no cuidado com o filho. A partir da valorização do papel da mãe enquanto cuidadora e do lar dentro da configuração de família nuclear, a maternagem passou a se configurar enquanto papel a ser desempenhado pela mulher (Stelin, Monteiro, Albuquerque & Marques, 2011).

Embora possuam direito à saúde reprodutiva, muitas adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado são privadas da experiência da gestação. Essa prática se embasa no discurso de que não são capazes de desempenhar o papel da maternidade, o que constituiria na formação de uma família ‘desestruturada’. Esse discurso denota estereótipos preconcebidos e carregados de teor discriminatório que geram culpabilização das famílias, criminalização da pobreza e retira o direito à gestação de jovens vulneráveis. Através do relato sobre a experiência de acompanhamento de gestantes adolescentes em instituições de privação de liberdade em Belo Horizonte, se constatou que as crianças são encaminhadas à adoção de modo abrupto (Cruz & Parizzi, 2018).

Um estudo do Reino Unido com mães jovens, trabalhadoras e em situação de pobreza demonstra que apesar do investimento para cuidar dos filhos, o discurso societal atribui a essas jovens uma maternidade fora da normalidade, o que implica em juízos de valor e estigmas sofridos por essas mães. Como consequência, essas mulheres priorizam construir e reforçar a identidade de 'boa mãe' (McDermott & Graham, 2007).

O estigma social marca um tipo de sofrimento que jovens mães vulneráveis enfrentam amparados em preconceitos de classe, raça, sexo, orientação sexual e local de moradia (Souza, 2016). Nesse sentido, a literatura reafirma a necessidade de enfrentamento do sofrimento ético-político, entendido como um tipo de emoção vivenciada por pessoas cuja cidadania vulnerabilizada lhes expõe a situações de menor valia, como é o caso de adolescentes gestantes em situação de rua. Ao mesmo tempo, esse sofrer é um indicador para a definição de ações de proteção social e fator multidimensional em que a subjetividade está presente de modo a indicar áreas em que os sujeitos necessitam de apoio social e intervenções do poder público de modo a superar tais adversidades (Sawaia, 2001).

O sofrimento entre jovens mães vulneráveis impede seu sucesso pessoal. Somente a partir da escuta qualificada desse contexto é que caminhos possíveis de proteção social podem ser pensados com vistas ao desenvolvimento saudável de adolescentes. O acompanhamento dessas jovens pelos serviços públicos em relação à gestação possibilita uma rede de apoio que seria entendido como potência de ação ou potencializa fatores de proteção e resiliência como querer ser mãe ou se esforçar em ser mãe que garante uma base para pessoas vulneráveis terem o direito à maternagem (Sawaia, 2001).

Negar o direito de ser mãe e imputar a jovem a ideia de não estar pronta para cuidar dos filhos nos faz pensar quais seriam as alternativas que o Estado oferta caso ela não tenha ainda recursos internos e externos para ser mãe? O que a política pública tem a oferecer para essas jovens? Como algumas delas lidam com o fato de serem pobres, moradoras de rua e gestantes?

A discussão sobre esse tema nos remete aos determinantes sociais de saúde já que o fator saúde-doença não se relaciona estritamente ao paradigma biomédico de enfoque organicista e biologicista, que reduz o olhar e intervenção de profissionais às práticas profissionais, restritas ao corpo como algo passivo de intervenção. Assim, os processos de adoecimento e de promoção da saúde são vistos de forma abrangente já que compreendem o contexto social da população vulnerável (Souza, 2016).

Dessa forma, podemos pensar que questões como gênero, raça e classe social são imprescindíveis para o entendimento e intervenção no cuidado a jovens mães vulneráveis, já que direciona de forma abrangente o objeto de estudo em questão e as formas de diagnóstico e tratamento. Há uma clara sinalização para que equipes de saúde atualizem conhecimentos para o atendimento à população com olhar voltado ao sofrimento causado pelos danos e prejuízos da desigualdade social, violência de gênero, intolerância e discriminação raciais. Foi verificado que visões de senso comum e estereótipos ligados ao imaginário de cada profissional reforçam o preconceito e assimetrias estruturais de gênero entre os usuários atendidos pelos serviços (Carmo & Guizardi, 2018; Souza, 2016).

Outro tipo de sofrimento que afeta jovens mães se relaciona aquele engendrado pela lógica capitalista que exclui pessoas que não se enquadram na lógica do consumo e que não detém poder aquisitivo. Essa exclusão simbólica e material influencia no estado psicológico de culpa, sensação de desmoralização e não pertencimento. Essas pessoas costumam relatar sentimento de desmerecimento social (Molon, 2004).

Em contrapartida, as formas de inclusão gestadas pelo Estado e sociedade neoliberal na forma de proteção social dentro do capitalismo são excludentes na medida em que não modificam a estrutura que mantém a miséria e a alienação da população vulnerável. A grande massa empobrecida passa a ser controlada de modo domesticado por ações governamentais de fachada e populistas (Sawaia, 2001).

O projeto e mecanismo de controle social que exclui as pessoas por meio da violação de direitos, também oferta políticas sociais que não auxiliam na mobilidade social desses cidadãos e mantém a ordem social vigente, injusta e dispare socialmente. Obviamente se faz necessário destacar os limites institucionais, falta de recursos e vontade política que também desfavorecem em grande medida o alcance de resultados mais satisfatórios, para além do investimento profissional de trabalhadores que atuam no provimento de serviços, programas e projetos governamentais (Sawaia, 2001).

O enfrentamento das dificuldades de origem social remete à necessidade de intervenção sobre o sentimento de menos valia por advir de uma classe pobre, cuja dificuldade socioeconômica e desmerecimento impedem o desenvolvimento humano pleno, seja devido à pobreza ou pelas circunstâncias restritivas em que vive (Sawaia, 2001).

Diante desse cenário social em que se localizam muitas adolescentes em situação de rua expostas às vulnerabilidades, fragilizadas e com difícil margem à mobilidade

social pretende-se analisar em que medida a maternagem auxilia mães jovens em meio a uma realidade que tende a excluir aqueles à margem da sociedade e de que modo o trabalho em rede das políticas públicas potencializa a proteção social e resiliência de jovens vulneráveis.

Participantes

Trata-se de uma jovem em situação de rua acompanhada pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas na modalidade de liberdade assistida no ano de 2016 em Belo Horizonte. A escolha do caso se deu por conveniência devido o mesmo estar documentado por diferentes atores em serviços diferentes, e o acompanhamento ter sido realizado em pontos diferentes da rede de saúde e assistência social do município de forma articulado o que possibilita a discussão teórica proposta pelo estudo.

Método

O presente estudo de abordagem qualitativa tem por finalidade explorar os sentidos da maternagem entre juvenis em situação de vulnerabilidade social através de um estudo de caso e pesquisa documental. Segundo Godoy (1995), "a escolha da unidade a ser investigada é feita tendo em vista o problema ou questão que preocupa o investigador" (p. 26).

Procedimento e instrumentos

Estudos qualitativos de pesquisa documental utilizam variadas fontes de registros sobre o objeto de estudo em questão para fornecer novos conhecimentos acerca do tema de interesse. O estudo de caso se caracteriza enquanto pesquisa qualitativa que auxilia na compreensão do como e por que ocorre determinado fenômeno em um dado contexto social (Godoy, 1995).

Godoy (1995) afirma que "na pesquisa documental três aspectos devem merecer atenção especial por parte do investigador: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise" (p.23). Utilizaremos técnicas de análise de conteúdo referente a documentos primários em que o pesquisador estava presente no momento de sua

confeção já que foi o profissional que acompanhou o caso. Portanto, os dados obtidos se referem à observação e registro de orientações e intervenções referente a nove meses de acompanhamento.

Conforme Pimentel (2001), esse método de investigação necessita de descrição detalhada dos procedimentos e do caminho escolhido como ferramentas fundamentais para tomada de decisões no âmbito da pesquisa. Ao mesmo tempo, afirma que o pesquisador pode utilizar técnicas para o manejo de documentos até a elaboração da parte analítica e teórica.

Os dados coletados são apresentados na forma de narrativa e, dizem respeito ao acompanhamento realizado a uma jovem em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, ocorrido no período de maio de 2016 a julho de 2017 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Utilizaremos o nome Knabino para nos referir a adolescente, que em Esperanto significa 'moça' ou 'menina'.

Coleta de dados

Os documentos analisados foram os prontuários escritos em papel, os relatórios técnicos endereçados ao judiciário sobre o acompanhamento da adolescente, e as atas de reuniões com a rede de saúde e assistência social, em especial, no que diz respeito à equipe de saúde mental do Centro de Referência em Saúde Mental Infantil (CERSAMI) e de uma casa de acolhimento institucional.

Os dados se relacionam aos eixos do Plano Individual de Atendimento (PIA), que é um documento construído conjuntamente com a adolescente e familiares no início da medida socioeducativa que traz a possibilidade de cada adolescente planejar como irá cumprir sua medida e refletir sobre projetos futuros, bem como a previsão de ações por parte do poder público afim de alcançar esses objetivos. Os eixos mencionados são estruturados na medida socioeducativa em relação ao processo educacional, cultural, contexto familiar, de trabalho, esporte e saúde de cada adolescente atendido, ou seja, de maneira individualizada, o que remete ao caráter subjetivo em que cada jovem cumpre sua pendência judicial.

Unidade de análise

Para isso, lançaremos mão de dados sobre a percepção de uma adolescente jovem em relação a temas ligados a sua faixa etária, convívio familiar e comunitário, acesso às políticas públicas, relacionamentos interpessoais que farão parte de unidades de análise de modo a categorizar alguns temas em torno do objetivo do estudo.

Nessa direção, Godoy (1995) afirma que "para uma apreensão mais completa do fenômeno em estudo, é preciso enfatizar as várias dimensões em que ele se apresenta, assim como o contexto em que se situa". A análise dos dados do PIA, relatórios técnicos, atas de discussão de caso em rede e prontuários se configuram em uma importante base de dados para as análises que seguirão.

O ato de escrever e de registrar realizado cotidianamente após a realização dos atendimentos na medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade se caracteriza como um processo de trabalho imbuido de sutilezas e lógicas do campo de interferências do pesquisador - trabalhador (Lourau, 2004). Optamos por apresentar a análise na forma de narrativa acrescida de intervenções e interpretações dos relatos e da memória do pesquisador em relação aos fatos narrados.

Considerações éticas

A pesquisa foi conduzida de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que envolve as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição de afiliação dos pesquisadores (Brasil, 2012).

Resultados

Apresenta-se um recorte da história de vida de Knabino, uma adolescente de dezessete anos que iniciou o cumprimento de sua medida socioeducativa de liberdade assistida em junho de 2016.

Havia relato e registro de história de uso abusivo de crack, uso esporádico de maconha, cigarro, álcool e 'loló' (uma combinação de éter, clorofórmio, cloreto de etila e essência de perfume). Knabino viveu nas ruas, e realizava acompanhamento em um dispositivo de acolhimento institucional e de saúde mental do município. Segundo os

profissionais de referência que acompanhavam a adolescente, ela apresentava bom prognóstico aos dezoito anos, com melhora considerável e uso de medicação regular.

A mãe faleceu quando ela tinha onze anos em decorrência de complicações de saúde e o suposto pai, prestes a finalizar o teste de DNA para reconhecimento de paternidade, possuía questões de saúde mental e era usuário de drogas. Knabino relatou histórico de abuso sexual por parte do falecido padrasto. Havia a pretensão por parte da família e da própria adolescente de que após seus dezoito anos morasse sozinha. Na época do acompanhamento, morava próximo da residência de sua tia paterna, que lhe auxiliava nos cuidados.

Conheceu o ex-companheiro no centro da capital, e próximo ao término do cumprimento da medida socioeducativa ela engravidou. Realizou pré natal e relatou ser bem assistida pela enfermeira do Centro de Saúde durante sua gestação. Informou que não sentia sintomas de desconforto associado a gestação, e que estava há dois meses sem medicação por causa da gravidez. Tempo depois ela sentiu a necessidade de retomar o tratamento de saúde no Centro Regional de Referência em Saúde Mental Infantil (que também atende adolescentes no município), pois começava a se sentir nervosa e impaciente com o ex-namorado, o que a levou a necessidade do uso de fluoxetina durante a gravidez.

Knabino avaliava sua responsabilização no cumprimento de sua medida pelo fato de não ter novos atos infracionais e cessar o uso das drogas. Ao mesmo tempo, a jovem afirmava que a gestação foi um importante momento de reflexão sobre sua saída das ruas e das drogas. Ela também se sentia bem cuidada por amigos e familiares.

Após o nascimento do filho e os cuidados dispensados a ele, houve denúncia no Conselho Tutelar pelo fato do companheiro de Knabino levar a criança para a rua à noite enquanto vendia artesanato.

A tia paterna criticou essa postura dos pais e questionava se a jovem seria uma mãe responsável. Esse fato gerou tensão familiar e indecisão, que fez a adolescente questionar se seria de fato uma boa mãe. Knabino percebia naquele momento que a família extensa desejava tomar seu filho.

A orientação dada foi que a construção de sua identidade enquanto mãe se constituiria com o tempo, juntamente com sua capacidade de maternagem. Ela se sentia segura em procurar orientações com a equipe do Centro de Saúde bem como familiares e vizinhas que já tiveram filhos.

A construção de sua função materna foi paralela à formação de sua nova família, que inicialmente se deu com o ex-companheiro e seu filho. Knabino conseguiu reafirmar para si e para os demais seu desejo e aptidões para desempenhar a maternagem, visto como um objetivo maior a ser alcançado e desenvolvido.

Ela demonstrava de maneira contundente o quanto era importante ter o reconhecimento de familiares e pessoas próximas de que seria uma boa mãe, o que marcava para si a importância do outro na constituição de sua própria personalidade e da própria capacidade de maternagem. As críticas de familiares sobre sua habilidade materna na verdade reforçaram seu empenho em mudar para ser a mãe que almejava.

Ela relatou sua experiência materna como o maior sentido para saída das ruas e cessar o uso de drogas. Essa vivência também foi usada para cessar o uso de substâncias por parte do ex-namorado, pois naquele momento havia a necessidade de cuidado com o filho.

Discussão

O conceito de cidadania vulnerabilizada presente no caso em tela aponta que ao passo que a adolescente supera graves adversidades, outros desafios de sobrevivência surgiam em seus caminhos. Com isso, podemos pensar nas múltiplas faces que o risco social impõe às pessoas ainda em desenvolvimento e com recursos de resiliência também em formação. Nesse sentido, as políticas públicas de proteção social e o poder público têm importante papel na intervenção sobre a opressão vivenciada pela desigualdade e o silenciamento da luta coletiva de populações "em contexto de produção de vulnerabilidades" (Carmo & Guizard, 2018, p. 6).

Apesar de não ser mais vítima de abuso sexual, pelo fato de o abusador ser falecido, a jovem passa a morar nas ruas e necessita lidar, a partir dos recursos que dispõe, com os traumas para o resto de sua vida. Assim, se supera uma violação para enfrentar outros riscos. Percebe-se assim a dimensão multifacetada da vulnerabilidade, que ora pende à inclusão ora à exclusão. Um estudo no Texas avaliou que mulheres em situação de rua possuem quantitativo maior de problemas quanto à saúde reprodutiva, já que são mais expostas à traumas, gravidez não planejada bem como aborto espontâneo (Cronley, Hohn & Nahar, 2017).

Pesquisas ao redor do mundo indicam que a gestação precoce é mais propensa entre adolescentes mais pobres, em situação de rua e com baixa escolaridade (Islam,

Islam, Hasan & Hossain, 2017; Cook & Cameron, 2015; Begun, 2015). Além disso, há maior probabilidade de que filhos de mães adolescentes também sejam pais precocemente. Apesar de a gestação na juventude se caracterizar em alguns casos como algo positivo, estudos indicam que situações adversas podem fragilizar jovens mães, tais como a pobreza, desemprego, salários mais baixos e dificuldade em concluir os estudos se comparado a outros pares (Cook & Cameron, 2015).

A probabilidade de relações sexuais precoces e desprotegidas é maior em filhos de mães adolescentes, o que aumenta as chances de engravidarem, o que gera um ciclo e padrão que se repete em torno da vida das adolescentes. Estudos sugerem que aparentemente a transmissão dos significados da experiência da gestação de mães adolescentes para suas filhas fica comprometida ou quase inexistente, o que imprime um ciclo de dificuldades geracionais em dar sentidos associados à maternagem (Margherita, Troisi, Tessitore & Gargiulo, 2017).

Em contrapartida, os significados possíveis de serem construídos por algumas mães jovens em torno da maternagem se caracterizam enquanto processos de resiliência e fator de proteção. Mães adolescentes podem vivenciar dinâmicas pessoais benéficas na gestação de modo a organizarem suas prioridades e construir novos propósitos de vida. Esse fator aumenta as chances de evitarem situações adversas e com isso aumentam as chances de garantir sua transformação pessoal (Zito, 2016).

As mudanças positivas se dão tanto na auto-estima, quanto na satisfação pessoal ou na criação de perspectivas de futuro a partir do cuidado com os filhos e da constituição de uma nova família. No entanto, é relatado que os benefícios da maternidade são pouco explorados de modo empírico em pesquisas científicas. O desenvolvimento da identidade e da função materna auxilia no combate aos estigmas e práticas discursivas relacionados às mães jovens (Zito, 2016; McDermott & Graham, 2007).

Desse modo, podemos pensar que a maternagem entre jovens vulneráveis se caracteriza enquanto fundamental estratégia de resiliência frente ao sofrimento ético e político desse segmento através da criação dos sentidos e significados em ser mãe. Dai advém a importância para que as políticas públicas e a própria ciência estejam atentos em promover espaços de escuta cuidadosa desse sofrimento, ou seja, da afetividade, pois a partir dessa inflexão pretende-se promover uma potência de ação que possibilita o desenvolvimento saudável de jovens grávidas de periferias (Sawaia, 2001).

A construção da função materna entre jovens mães vulneráveis não se faz sem tensões. Um estudo recente realizado na África do Sul afirma que preconceções e discursos hegemônicos atribuem às jovens mães um aspecto vergonhoso e patologizante. Muitas vezes essas mulheres possuem uma rede de apoio frágil que impede a superação dos obstáculos ao trabalho e educação de qualidade, em meio a um contexto de desigualdade social. Assim, elas necessitam administrar recursos próprios de resiliência para lidar com tais dificuldades e concluírem os estudos em meio a reprovação social por serem mães precoces (Naidoo, Muthukrishna & Nkabinde, 2019).

A depender da época e cultura, as emoções podem também se tornar formas eficazes de controle e coerção social, como o vergonha do olhar do outro que pode gerar sentimentos de culpa, limite da percepção e aprisionamento do sujeito em um conjunto de valores de modo a manter a ordem social vigente. O processo de exclusão envolve aspectos individuais relacionados ao desejo, afeto, bem como a economia e direitos sociais. O corpo, enquanto matéria, não é considerado apenas em sua dimensão orgânica, já que "sua morte não é só biológica, falência dos órgãos, mas social e ética" (Sawaia, 2001, p. 101).

Ser mãe consiste para muitas jovens em constituir um modo de subjetividade a partir de um novo lugar no mundo, orientado pela busca por uma nova identidade, um novo papel com novas funções e responsabilidades. Esse desfecho repleto de *insights* construídos por Knabino no cumprimento de sua medida permitiu o encerramento de seu processo de maneira inquestionável uma vez que a maternagem lhe permitiu uma forma de retificação subjetiva que perdurou ao longo do tempo.

A sensação de ser no mundo, ser útil a alguém possibilita mudanças profundas já que através dos afetos novos sentidos e ressignificações emergem. Seu histórico de rua foi reformulado a partir desse novo lugar, pois dar o melhor para meu filho não é deixá-lo na rua desamparado.

Ao mesmo tempo, as formas de proteção social empreendidas por anos de acompanhamento por diversas políticas públicas garantiram que sua identidade materna fosse potencializada. Paralelo a isso, havia uma clareza de que estar na rua não significaria ser uma pedinte, mas sim uma vendedora de artesanatos, o que lhe possibilitou um lugar de reconhecimento social, garantia de renda e autonomia. As demandas e particularidades advindas da possibilidade de ser mãe permite que muitas jovens de periferias se mobilizem de modo a alcançar um senso de sua própria cidadania e estarem mais conscientes de seus próprios direitos.

No que se refere ao envolvimento com a criminalidade, a adolescente diante da gravidez avançou na elaboração de uma reflexão acerca da sua conduta infracional e de um projeto de vida mais atual através dos cuidados com a gestação. Dessa forma, a seu modo apresentou implicação com o cumprimento dos eixos da medida. A maternidade valorada de modo positivo pela adolescente lhe permitiu construir um lugar de reconhecimento e pertencimento social em sociedade.

O amor em ser mãe contrastava ao seu medo de ser uma mãe adolescente. As configurações familiares em comunidades pobres podem tanto assumir fatores de proteção como de violação de direitos. Em muitos casos, percebe-se uma repetição de comportamentos herdados de históricos familiares marcados por agressões e negligências. Com isso, podemos pensar que a família violadora é também violada e mantém um ciclo geracional de violência. (Mata, Silveira & Deslandes, 2017).

O presente caso aponta que a presença da família extensa representada através da tia paterna foi fundamental para o cumprimento da medida por parte da adolescente. Essa configuração influenciou na aproximação de sua tia paterna enquanto membro que auxiliava nos cuidados. Seu histórico de vulnerabilidade familiar caracterizado pela morte prematura da mãe compeliu a adolescente a se haver com o mundo e suas questões, ao buscar uma autonomia possível frente aos desafios de sua vida, o que era percebido em sua fala nos atendimentos sobre projetos de vida futuros de vender artesanatos, formar uma família e ser mãe.

A violação de direitos pelo abuso sexual por parte do padrasto se contrasta com o aspecto de proteção social do agressor ao lhe transformar em herdeira do imóvel que lhe gerava renda. O adoecimento mental por parte do pai biológico não foi impedimento para o vínculo bem estabelecido com a filha, fato percebido pelo seu contentamento ao saber de suas origens através do reconhecimento de paternidade.

Como descrito, a questão da descoberta de sua sexualidade e de gênero na adolescência foi vista, por parte de seus familiares como um impeditivo à convivência, já que eles não aceitavam a forma de vestir socialmente construída como masculino da adolescente, e por ela expressar seu desejo por pessoas do mesmo sexo. Tabus familiares sobre sexualidade se materializaram nas falas da tia paterna durante o acompanhamento e de outros familiares que pretendiam disciplinar regras sobre seu gênero e afetividade.

As intervenções técnicas possibilitaram questionar discursos culpabilizadores ou preconcebidos de uma sexualidade tida como um desvio, e caracterizou-se enquanto

aspecto potencializador de ação onde foi possível trabalhar o instituído e prescrito presente em uma fala cristalizada pela heteronormatividade associada a uma "sexualidade saudável" e única enquanto possibilidade de realização pessoal.

Paralelo a isso, temos também a figura do companheiro, pai de seu filho, que vivenciava também questões de vulnerabilidade e uso de drogas em sua história pessoal. Aparentemente, ele pretendia formar com a jovem uma nova família. Ela o descrevia como alguém calmo e próximo ao filho, alguém que lhe auxiliou na gestação. Mas o que percebemos é que as configurações familiares mudam com o tempo e membros que podem ser protetivos em um dado momento podem se tornar violadores de direitos em dadas situações, o que não extingue seu papel de responsabilidade frente a seus próprios atos.

Diante do exposto, percebe-se que as políticas públicas podem atuar no no enfrentamento dos problemas sociais vivenciados na gestação de adolescentes vulneráveis, ora viabilizando o processo, ora dando resposta e protegendo as demandas apresentadas pela adolescente.

Um estudo em Bangladesh aponta que a proteção social através de intervenções em rede e apoio social que inclui a educação, formas de construção de habilidades sociais, clínicas médicas e serviços de contracepção são importantes formas de incentivo ao direito à saúde reprodutiva, continuidade dos estudos e acesso ao emprego formal (Cook; Cameron, 2015; Islam, Islam, Hasan & Hossain, 2017).

Pesquisas futuras se beneficiam da exploração de abordagens alternativas de prevenção para reduzir gravidezes e melhorar os resultados de saúde sexual e reprodutiva entre esta população (Begun, 2015).

Estudar quais os recursos de resiliência e fatores de proteção de indivíduos não negligencia a premissa de que o Estado é responsável em fornecer políticas públicas e bens sociais mínimos à população que deles necessitam. É possível conciliar os dois paradigmas mencionados, de modo a fomentar discussões com vistas à garantia da proteção social de pessoas vulneráveis do ponto de vista social e econômico (Carmo & Guizardi, 2018).

A superação de adversidades de membros de uma comunidade está relacionada ao necessário amparo material com vistas à sobrevivência e superação de situações extremas, o que remete não só a ideia de senso de comunidade ou resiliência comunitária, mas ao papel fundamental das políticas públicas de proteção social e da

responsabilidade estatal e da sociedade frente aos desafios impostos pela realidade (Ungar, 2011).

Carmo, Guizard (2018) também alertam sobre os riscos da perspectiva familista, dentro das políticas sociais, e psicologicista que vislumbram meramente o plano individual e não localizam a vulnerabilidade em seu contexto. Além disso, a perspectiva essencialista trabalha com a ideia de que todos somos iguais e não exalta as diferenças que devem ser valoradas.

Considerações finais

As intervenções por parte do poder público não podem se furtar da análise de ações que criminalizam a pobreza e encarceram pessoas da periferia. As limitações do presente estudo se baseiam nas particularidades próprias da metodologia do estudo de caso, no sentido do caso único para realização da pesquisa, o que traz como desvantagem a restrição de inferir, generalizar ou fazer associações concernente a um número maior de casos de uma dada população. Em contrapartida, o método escolhido permite a reflexão sobre diferenças individuais, uma vez valorado o foco na singularidade de um caso.

Aponta-se a possibilidade para que futuros estudos e experiências possam refletir, a partir de diferentes caminhos teóricos, sobre os ganhos e possibilidades reais de desenvolvimento psicossocial de mães jovens de periferias por meio do acesso a políticas públicas que abarquem suas particularidades e promovam cidadania.

O resultado da interseção do encontro entre o particular do caso e o sociocultural das políticas públicas pretende emergir o que há de singular e potencial em cada sujeito, de modo que os destinatários das políticas públicas possam nos ensinar a intervir a partir de seu próprio conhecimento sobre si e sobre sua percepção de mundo. Historicizar angústias em pesquisas futuras juntamente com fatores de proteção e resiliência, podem emergir um cenário pouco explorado das mães jovens vulneráveis e revelar lógicas em dialética e em devir.

On motherhood, adolescence, life on the streets and the possibility of life change

Abstract

The present qualitative and descriptive study aims to analyze the senses of the motherhood of a vulnerable teenager. The case study and documentary research of written records on the monitoring of a young woman on the street by the Social Protection Service for Adolescents in Fulfillment of Socio-Educational Measures in the modality of assisted freedom in 2016 in Belo Horizonte was used as method. It is intended to analyze the extent the motherhood helps young mothers in the midst of a reality that tends to exclude those on the margins of society and how the networking of public policies enhances the social protection and resilience of vulnerable young people. It is concluded that being a mother can be characterized as an important protective factor that, at the same time that it encourages young mothers to build plans for the future, also makes it possible to leave the streets.

Keywords: teenage mothers; public policy; vulnerability.

Sobre maternidad, adolescencia, vida en la calle y posibilidad de cambio de vida

Resumen

El estudio actual cualitativo y descriptivo tiene como objetivo analizar los sentidos de la maternidad de una joven vulnerable. Se utilizó como método el estudio de caso e investigación documental de registros escritos sobre el seguimiento de una joven en la calle por parte del Servicio de Protección Social para Adolescentes en Cumplimiento de Medidas Socioeducativas en la modalidad de libertad asistida en 2016 en Belo Horizonte. Se pretende analizar en qué medida la maternidad ayuda a las madres jóvenes en medio de una realidad que tiende a excluir a los marginados de la sociedad y cómo el trabajo en red de políticas públicas potencia la protección social y la resiliencia de los jóvenes vulnerables. Se concluye que ser madre se puede caracterizar como un factor protector importante que a la vez que incentiva a las madres jóvenes a construir planes de futuro también posibilita salir de la calle.

Palabras clave: madres adolescentes; políticas públicas; vulnerabilidad.

Nota:

O presente estudo não possui financiamento. É resultado de um recorte da dissertação de mestrado intitulada Proteção social entre adolescentes jovens em cumprimento de medida socioeducativa em Belo Horizonte, Minas Gerais. Não há conflitos de interesse por parte dos envolvidos na mesma.

Considerações finais

A lógica de reprodução do lugar social do adolescente infrator, pobre e da periferia enquanto pertencente a um contexto sociocultural de desigualdade, vulnerabilidade e risco social traz a necessidade de reinventar intervenções tanto a nível individual, familiar, comunitário e psicossocial, quanto a nível das políticas públicas. Através da presente pesquisa, propusemos que formas de intervenção psicossocial junto a adolescentes de modo que possibilitam abarcar a singularidade através da escuta qualificada e promover potencialidades, a despeito das dificuldades referentes ao contexto social.

O presente estudo demonstra como é importante a garantia do direito à gestação e o apoio social de modo a auxiliar jovens mães ao acesso à saúde reprodutiva e no enfrentamento de preconceitos sociais em que de um lado tenta "proteger" a criança de supostas violações de uma família potencialmente violadora, mas por outro traz um teor carregado de preconceito em relação à pobreza e mascara violência direcionadas a jovens mães que têm direitos fundamentais violados. Ao mesmo tempo, demonstra o importante papel das políticas públicas para potencializar fatores que auxiliam na superação de adversidades.

As limitações do presente estudo se baseiam nas particularidades próprias da metodologia do estudo de caso, no sentido do número reduzido de participantes para realização da pesquisa, o que traz como desvantagem a restrição de inferir, generalizar ou fazer associações concernente a um número maior de casos de uma dada população. Em contrapartida, o método escolhido permite a reflexão sobre diferenças individuais, uma vez valorado o foco na singularidade de um caso.

A presente investigação indica a possibilidade para que futuros estudos e experiências possam refletir, a partir de diferentes caminhos teóricos, sobre os ganhos e possibilidades reais de desenvolvimento psicossocial de adolescentes residentes de periferias por meio do acesso à políticas públicas que abarquem suas particularidades e promovam cidadania. O resultado da interseção do encontro entre o particular do caso e o sociocultural das políticas públicas pretende emergir o que há de singular e potencial em cada sujeito, de modo que os usuários das políticas possam nos ensinar a intervir a partir de seu próprio conhecimento sobre si e sobre sua percepção do mundo que o cerca.

Referências

ABRAMOVICH, Ilona A. *No Safe Place to Go LGBTQ Youth Homelessness in Canada: Reviewing the Literature*. Canadian Journal of Family and Youth. p. 29-51. University of Alberta, 2012. ISSN 1718-9748. <http://ejournals.library.ualberta.ca/index/php/cjfy>.

ALESSI, E. J.; GREENFIELD, B.; MANNING, D. & DANK, M. *Victimization and Resilience Among Sexual and Gender Minority Homeless Youth Engaging in Survival Sex*. Journal of Interpersonal Violence. 2020. <https://doi.org/10.1177/0886260519898434>.

BARONE, Rosa Elisa Mirra; SILVA, Amanda Maximo. *Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, capacitação para o trabalho e inserção no mundo do trabalho: desafios no contexto de unidades de privação de liberdade*. Rev. Fac. Educ. (Univ. do Estado de Mato Grosso). v. 24, a. 13, n. 2, p. 155-176, jul./dez. 2015.

BARRETO, Cristiane; BRANDÃO Mônica (org). *Liberdade Assistida: registros*. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Liberdade Assistida: uma medida. Belo Horizonte, 2008.

BEGUN, Stephanie. *The Paradox of Homeless Youth Pregnancy: A Review of Challenges and Opportunities*. Journal Social Work in Health Care. v. 54, p. 444-260, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/00981389.2015.1030058>

BEGUN, Stephanie; FREY Cressida; COMBS Katie Massey; TORRIE Michaela. *"I guess it would be a good shock": A qualitative examination of homeless youths' diverse pregnancy attitudes*. Children and Youth Services Review. v. 99, abr, p. 87-96. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.01.029>. 2019.

BILL, O'Grady; SEAN, Kidd; GAETZ, Stephen. *Youth homelessness and self identity: a view from Canada*, Journal of Youth Studies. Canadá, 2019. DOI: 10.1080/13676261.2019.1621997.

BRASIL. lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF, 1990.

_____. lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. *Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências*. Brasília, 1991.

_____. lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências*. Brasília, DF, 1993.

_____. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Diário Oficial da União, seção 1.

_____. lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas*

socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF, 2012.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de assistência Social, 2005.

_____. Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 15 de dezembro de 2016. *Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6, no item 4, do Capítulo III do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

_____. *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016.

_____. SOUZA, Manoel Torquato Carvalho (org). *Diretrizes nacionais para o atendimento à crianças e adolescentes em situação de rua*. Ministério dos Direitos Humanos, Brasília, 2017.

CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARD, Francini Lube. *O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social*. Cadernos de Saúde Pública. v. 34, n. 3, p. 1-14. Brasília, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>

COOK, Sinead M. C.; CAMERON, Sharon T. *Social issues of teenage pregnancy*. Obstetrics, Gynaecology & Reproductive Medicine. v. 25, p. 243-248. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ogrm.2015.06.001>

COUTO, R. (2018). *A invisibilidade de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro*. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. p. 279-298. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/12008>.

CRONLEY, Courtney.; HOHN, Kris; NAHAR, Shamsun. *Reproductive health rights and survival: The voices of mothers experiencing homelessness*. Journal Women & Health. v. 58, p. 320-333. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/03630242.2017.1296060>

CRUZ, Maria Núbia A.; PARIZZI, Márcia. *Maternidade e socioeducação: parece que estou carregando um tijolo*. Saúde em redes. v. 4, n. 1, p. 243-251. Belo Horizonte, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18310/2446-4813.2018v4n1suplemp243-251>

DAVIES, Benjamin R.; ALLEN Nicholas B. *Trauma and homelessness in youth: Psychopathology and intervention*. Clinical Psychology Review. p. 17-28, 2017. DOI: 10.1016/j.cpr.2017.03.005.

FIOROTTI, Marlene Rosa de Oliveira; MAIA Marilene. Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN Aline (org). *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil*. UFRGS Editora, Porto Alegre, 2016.

GODOY, Arlinda Schmidt. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas. v. 35, p. 20-29. São Paulo, 1995.

HASKETT, M. E.; ARMSTRONG, J. M. & TISDALE, J. *Developmental Status and Social–Emotional Functioning of Young Children Experiencing Homelessness*. *Early Childhood Educ J* 44, p. 119–125. Washington, 2016. <https://doi.org/10.1007/s10643-015-0691-8>.

HEERDE, Jessica A.; HEMPHILL Sheryl A.; SCHOLLES-BALOG, Kirsty. *‘Fighting’ for survival: A systematic review of physically violent behavior perpetrated and experienced by homeless young people*. *Aggression and Violent Behavior*. v. 19, n. esp. 1, jan–fev, p. 50-66. 2014. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.12.002>

ISLAM, Mainul Mohammad; ISLAM, Kamrul; HASAN, Mohammad Sazzad; HOSSAIN, Mohammad Bellal. *Adolescent motherhood in Bangladesh: Trends and determinants*. *PLoS ONE*, v. 12, n. 11. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0188294>

LOURAU, René. *Implicação: um novo paradigma?* In: Altoé, S. (Org.). René Lourau: analista institucional em tempo integral. Editora Hucitec. p. 246-258. São Paulo, 2004.

MATA, Natália Teixeira; SILVEIRA, Liane Maria Braga; DESLANES, Suely Ferreira. *Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2881-2887. Rio de Janeiro, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13032017>

MARGHERITA, Giorgia; TROISI, Gina; TESSITORE, Francesca; GARGIULO, Anna. *Teen mothers who are daughters of teen mothers: Psychological intergenerational dimensions of early motherhood*. *Children and Youth Services Review*. v. 83. p. 294-301. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.10.010>

MCDERMOTT, Elizabeth; GRAHAM Hilary. *Resilient young mothering: social inequalities, late modernity and the ‘problem’ of ‘teenage’ motherhood*. *Journal of youth studies*. v. 8, n. 1, p. 59-79. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/13676260500063702>

MEDICINE, Society for Adolescent Health and. *The Healthcare Needs and Rights of Youth Experiencing Homelessness*. *Journal of Adolescent health*. set, p. 372-375. Elsevier, 2018. doi: 10.1016/j.jadohealth.2018.06.012.

MERGA, M.; ANTEAB, K.; SINTAYEHU, M.; BAYU, H. *Challenges in Decision Making Among Homeless Pregnant Teens in Addis Ababa, Ethiopia: A Descriptive Phenomenological Study*. *J Preg Child Health*. 2015. doi: 10.4172/2376-127X.1000140.

MOLON, Susana Inês. *Algumas questões epistemológicas e éticas da Psicologia: a avaliação em discussão*. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 1, p. 108-123. 2004.

NAIDOO, Jaqueline, MUTHUKRISHNA, Nithi; NKABINDE, Rosemary. *The journey into motherhood and schooling: narratives of teenage mothers in the South African context*. *International Journal of Inclusive Education*. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/13603116.2019.1600053>

NARENDORF, Sarah Carter *et al.* *Relations between mental health diagnoses, mental health treatment, and substance use in homeless youth.* Drug and Alcohol Dependence. v. 175, jun, p. 1-8. Elsevier, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2017.01.028>.

PASTOR, Márcia; BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes. Intersetorialidade. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN Aline (org). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. UFRGS Editora, Porto Alegre, 2016.

PIMENTEL, Alessandra. *O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica.* Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195. 2001.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil. *População infantil e adolescente em situação de rua no Brasil: análises recentes.* Rio de Janeiro: CIESPI, 2018. 40p. il. 20cm. 1a ed.

SAADALLAH, Márcia Mansur *et al.* Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2013.

SANTOS, Lene Lima. *Habitar a rua: compreendendo os processos de risco e resiliência.* Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SAWAIA, Bader. *O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.* In: Sawaia, Bader (org), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* Editora Vozes. p. 97-118. Petrópolis, 2001.

SOUZA Jessé. *Crack e exclusão social.* Souza J. (org). Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas. Brasília, 2016.

STELIN, Regina Maria Ramos; MONTEIRO, Camila Fonteles d'Almeida; ALBUQUERQUE, Renata Alves; MARQUES, Cláudia Maria Xerez Camara. *Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades.* Estilos da Clínica, v. 16, n. 1, p. 170-185. 2011.

TEVENDALE, H.D., LIGHTFOOT, M. & SLOCUM, S. L. *Individual and Environmental Protective Factors for Risky Sexual Behavior among Homeless Youth: An Exploration of Gender Differences.* AIDS Behav. 2009. <https://doi.org/10.1007/s10461-008-9395-z>.

THOMPSON, S. J., BENDER, K. A., LEWIS, C. M., & WATKINS, R. *Runaway and pregnant: risk factors associated with pregnancy in a national sample of runaway/homeless female adolescents.* The Journal of adolescent health : official publication of the Society for Adolescent Medicine, p. 125-132. 2008. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2007.12.015>.

THOMPSON, S. J., BENDER, S.; BENDER, K. *Pregnancy and Parenting Among Runaway and Homeless Young Women.* In: Morewitz S., Sturdy Colls C. (eds)

Handbook of Missing Persons. Springer, Cham. 2016. DOI https://doi.org/10.1007/978-3-319-40199-7_7.

UNGAR, Michel. *Community resilience for youth and families: facilitative physical and social capital in contexts of adversity*. Children and youth services review. v. 33, n. 9, p. 1742-1748. Canadá, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.04.027>

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos* / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 5.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2015.

WILTON, Lori. *Youth homelessness: a review of social programs*. Crossing Borders I. v. 1. 2019. DOI: 10.31542/j.cb.1845.

ZITO, Rena Cornell. *Children as Saviors? A Propensity Score Analysis of the Impact of Teenage Motherhood on Personal Transformation*. Youth & Society. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0044118X16653872>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Articulação intersetorial e a promoção da saúde de adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida em Belo Horizonte

Pesquisador: Amanda Márcia dos Santos Reinaldo

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 15899319.8.0000.5149

Instituição Proponente: PRO REITORIA DE PESQUISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.586.865

Apresentação do Projeto:

O proponente apresenta pedido de emenda, com o objetivo de acrescentar um pesquisador na equipe do projeto aprovado em parecer anterior, de número 3.435.64.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

- Reconhecer a existência de ações intersetoriais entre políticas públicas durante o cumprimento de medida socioeducativa que favoreçam a efetivação de direitos de adolescentes previstos em legislações afins.

Objetivos secundários:

- Estudar o impacto de iniciativas intersetoriais para a saúde de adolescentes jovens durante o cumprimento da medida de liberdade assistida na cidade de Belo Horizonte.
- Demonstrar a intersectorialidade entre políticas públicas em uma cidade de grande porte.
- Discutir a socioeducação e a garantia do direito ao acesso às políticas públicas para a juventude em vulnerabilidade social previstas em leis afins. Contribuir para as discussões sobre a necessidade de ações de cunho intersetorial para a juventude pobre em grandes cidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como não há mudança na metodologia e nos critérios de inclusão e alteração, os riscos estão inalterados em relação à versão atual do projeto aprovado.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2ª Ad Si 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 3.586.865

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Inalterados em relação ao projeto mais recente aprovado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- O pesquisador fora devidamente incluído no campo "equipe de pesquisa", e seus contatos públicos já haviam sido apresentados anteriormente.
- A Carta de Anuência da Subsecretaria de Assistência Social (SUASS) de Belo Horizonte para que o pesquisador incluído participe do desenvolvimento do projeto já havia sido apresentada na versão anterior aprovada.
- O parecer de n. 02/2019-ENA, aprovado pela Câmara do Departamento de Enfermagem Aplicada da Escola de Enfermagem da UFMG, em que o pesquisador Henrique Cardoso Nunes (mestrando) é apontado como interessado, já havia sido apresentado na versão anterior do aprovada.
- O TCUD assinado pelo pesquisador incluído, adequado ao resguardo do sigilo dos dados da pesquisa, já havia sido apresentado na versão anterior aprovada.
- Os demais documentos anteriores são válidos.

Recomendações:

Reitero a recomendação feita na primeira análise para o ajuste no cronograma de desenvolvimento da pesquisa em função da data de apreciação do projeto pelo COEP-UFMG.

O TCUD deve detalhar os dados que serão coletados do prontuário do participante da pesquisa. Ver modelo na página deste comitê e inclua o documento corrigido em próxima emenda.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprova-se a emenda de pesquisa, considerando que as recomendações serão atendidas pelo pesquisador.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Sítio 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 3.586.865

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_1430489_E1.pdf	06/09/2019 10:00:08		Aceito
Outros	Aprovacao_camara.pdf	17/06/2019 15:15:14	Amanda Márcia dos Santos Reinaldo	Aceito
Outros	TCUD.pdf	05/06/2019 13:42:44	Amanda Márcia dos Santos Reinaldo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuencia.pdf	05/06/2019 13:42:16	Amanda Márcia dos Santos Reinaldo	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto2.pdf	03/06/2019 11:07:54	Amanda Márcia dos Santos Reinaldo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	09/05/2019 12:24:01	Amanda Márcia dos Santos Reinaldo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 19 de Setembro de 2019

Assinado por:
Eliane Cristina de Freitas Rocha
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2ª Ad SI 2005
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br